

FINANCIAMENTO AMBIENTAL PRATICADO POR INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS NO BRASIL

Érica Patente Nascimento¹

RESUMO

O conceito de Desenvolvimento Sustentável (DS) começou a tomar suas primeiras formas em 1987 com a publicação do Relatório Brundtland, tendo como idéia principal a conciliação entre preservação e desenvolvimento, possibilitando o diálogo entre “desenvolvimentistas” e “ambientalistas”. Foi após a Rio-92 que a institucionalização da problemática ambiental se consolidou, tendo como consequência o aumento da consciência e a participação da sociedade civil no debate acerca da questão ambiental, passando a mesma a exigir um respeito maior aos parâmetros sócio-ambientais de projetos financiados pelo capital público, como também pelo capital privado. Na busca pela implantação dos padrões ditados pelo conceito de DS, começa-se a esbarrar na questão da disponibilidade de recursos e custo de financiamento, exclusão de custos ambientais da tomada de decisão e das análises de custo/ benefício. No bojo deste desafio de implementação dos preceitos do DS e de suas limitações de financiamento, é inaugurado um novo conceito, qual seja, o financiamento ambiental. Muitas já são as instituições financeiras no Brasil que se declaram adeptas da nova modalidade de negócios que leva em consideração os impactos ambientais de um empreendimento. Destas iniciativas, destacam-se a criação do “Protocolo Verde”, em 1995, e os “Princípios do Equador”, em 2003, ambas válidas, principalmente no que diz respeito à divulgação do financiamento ambiental e na conscientização de instituições financeiras. No entanto, analisando-se o comportamento de instituições financeiras vinculadas a estas iniciativas, conclui-se que há muito mais ações de marketing por parte dos signatários, divulgando serem seguidores do Protocolo Verde ou dos Princípios do Equador, do que ações efetivas que ratifiquem essa vinculação.

Palavras-chave: Desenvolvimento Sustentável, Financiamento Ambiental, Instituições Financeiras.

INTRODUÇÃO

A popularização das questões ambientais, marcante após a construção do debate sobre Desenvolvimento Sustentável (DS), aumentou a consciência e participação da sociedade civil que passou a exigir um respeito maior aos parâmetros sócio-ambientais de projetos financiados pelo capital público, mas principalmente pelo capital privado. Surgiram nesse contexto normas gerais de padronização, de processo, de qualidade e de gestão ambiental. Isso forçou as empresas a se adaptarem às exigências dos mercados globalizados, adotando posturas de comportamento ambiental pró-ativo, passando a práticas menos agressivas ao

¹ Formação acadêmica: Graduada em Ciências Econômicas – UFU

Filiação Profissional: Banco ABN AMRO Real

Email: ericapatente@gmail.com

“VII Encontro da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica”. Fortaleza, 28 a 30 de novembro de 2007.

meio ambiente e a implantação da gestão ambiental no âmbito da gestão empresarial (ORTIZ, 2003).

Nesse sentido, diversas são as inovações de cunho ambiental na gestão empresarial, tais como a adoção de sistemas de gestão ambiental (SGAs), certificação, marketing verde, entre outros. Segundo Lustosa (2003), um SGA pode ser definido como uma estrutura organizacional que permite a empresa avaliar e controlar os impactos ambientais de suas atividades, produtos ou serviços. São apontados quatro fatores como determinantes às empresas na adoção de práticas mais saudáveis para o meio ambiente. O primeiro deles é a regulamentação ambiental, que influencia no processo de seleção de inovações a serem adotadas por meio de legislações, subsídios, créditos, financiamentos e outros instrumentos. Outro fator é a pressão dos consumidores finais e intermediários, devido ao aumento do nível de consciência ecológica. Além disso, temos a pressão dos *stakeholders*, que é a influência exercida por diversos grupos, desde populações residentes na vizinhança de um empreendimento industrial, passando por parlamentares, a sociedade civil organizada – onde a atuação de organizações não-governamentais (ONGs) ambientais é muito importante. Uma outra pressão existente é a dos investidores, pois se pode observar uma preocupação crescente com o desempenho ambiental da empresa, principalmente de setores com alto potencial poluidor – química e petroquímica, por exemplo.

A busca pela implantação dos padrões ditados pelo conceito de DS, começa a esbarrar na questão da barreira econômica. Essa barreira refere-se à disponibilidade de recursos e custo de financiamento, exclusão de custos ambientais da tomada de decisão e das análises de custo/benefício. No bojo deste desafio de implementação dos preceitos do DS enquanto política pública e de suas limitações de financiamento, é inaugurado um novo conceito, qual seja, o financiamento ambiental.

Tal conceito pode ser amplamente utilizado e dá margem a criação de diferentes mecanismos para atingir diversos objetivos na área ambiental. Assim, pode-se citar o caso de instituições financeiras que passaram a observar aspectos de risco socioambientais antes de conceder créditos a algum empreendimento. Outra forma de se instituir o financiamento ambiental é com a criação de linhas de créditos especiais para projetos que visem a recuperação de áreas degradadas ou de renovação de recursos escassos ou mesmo de adoção de tecnologias limpas e ecoeficientes.

No sentido amplo do que seria o financiamento ambiental, encontram-se mecanismos como: doações realizadas por ONGs, governos, fundos ambientais e empresas privadas; investimento a fundo perdido, indenizações de compensações ambientais; royalties do

“VII Encontro da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica”. Fortaleza, 28 a 30 de novembro de 2007.

petróleo e mecanismos fiscais, tais como o ICMS Ambiental e o Imposto de Renda Ambiental. Já no sentido estrito de financiamento, podemos citar a criação de crédito verde, por meio de instituições financeiras e o mercado de carbono, cujas negociações se dão em bolsas de valores como a BM&F.

Deve-se levar em conta que, embora esteja por trás destas iniciativas uma discussão sobre a problemática ambiental que atravessou décadas, o conceito de financiamento ambiental é recente, e merece uma análise cuidadosa. Tendo este aspecto em vista, este trabalho se pautará, num primeiro momento, no surgimento das primeiras indicações de inserção da problemática ambiental como variável importante na análise econômica. Atendendo a isso, faz-se uma retrospectiva com o intuito principal de averiguar o cenário que antecedeu e o que veio a dar origem ao conceito de Desenvolvimento Sustentável, conceito este que tem como desdobramento uma mudança de comportamento da sociedade civil diante da questão ambiental.

Num segundo momento este trabalho tem como foco uma parte dessa sociedade, limitando-se a observação das instituições financeiras. Trata-se da análise de alguns mecanismos criados por estas instituições, mais especificamente os bancos que se declaram adeptos das novas modalidades de negócios que levam em consideração os impactos ambientais de um empreendimento. Diante disso, pretende-se, ainda que de forma inicialmente superficial, averiguar em que medida há alguma inovação nas atividades dos bancos com relação a possíveis impactos ambientais causados por novos empreendimentos, ou se apenas se está levantando uma “bandeira” por motivos promocionais.

1 – A EVOLUÇÃO DA PROBLEMÁTICA AMBIENTAL

Na década de 1960, a questão ambiental começa a ganhar importância com a emergente preocupação de como conciliar desenvolvimento econômico e preservação do meio ambiente. Segundo Nobre (2002, p. 27), a problemática ambiental surgiu como consequência da discussão sobre o crescimento demográfico e a capacidade da economia mundial em sustentá-lo. O marco inicial da institucionalização desta problemática se deu com a formação do Clube de Roma em 1968 congregando cientistas, economistas e altos funcionários governamentais, com a finalidade de interpretar o que foi denominado, sob uma perspectiva ecológica, “sistema global”.

Retomando o proposto por Thomas Malthus no século XIX, no entanto sob uma ótica atual, o arcabouço teórico do pensamento do Clube de Roma reside na idéia de que o planeta é um sistema finito de recursos, submetido às pressões do crescimento exponencial da população e da produção econômica. As suas conclusões apontavam o horizonte do colapso do sistema. As suas propostas organizavam-se em torno da noção de um gerenciamento global da demografia e da economia, a fim de alcançar um estado de equilíbrio dinâmico. Severas medidas de controle da natalidade e mudanças radicais nos modelos produtivos, com ênfase numa “economia de serviços”, eram as recomendações centrais da nova escola de pensamento ecológico (MAGNOLI, 2001).

Em 1972, o Clube de Roma se destacou por introduzir a finitude na discussão econômica com a publicação do livro *The Limits to Growth*, elevando a poluição e a utilização de recursos naturais finitos ao status de variáveis fundamentais do processo econômico e social, popularizando a questão ambiental (NOBRE, 2002, p. 28).

O ano de 1972 foi decisivo para essa discussão não só pela publicação de *Limits to Growth*, como também pela realização da primeira grande Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente, em Estocolmo, realizado pelo Programa Ambiental das Nações Unidas (PNUMA). A Conferência de Estocolmo foi um marco ao acrescentar às questões prioritárias discutidas pela ONU - a paz, os direitos humanos e o desenvolvimento com igualdade - o tema da segurança ecológica (VOGT, 2007).

Já em 1973, o canadense Maurice Strong lançou o conceito de ecodesenvolvimento, cujos caminhos do desenvolvimento seriam seis: satisfação das necessidades básicas; solidariedade com as gerações futuras; participação da população envolvida; preservação dos recursos naturais e do meio ambiente; elaboração de um sistema social que garanta emprego, segurança social e respeito a outras culturas e programas de educação. Esta teoria referia-se principalmente às regiões subdesenvolvidas, envolvendo uma crítica à sociedade industrial. Os debates em torno do ecodesenvolvimento serviram como base para o que viria a se constituir numa das questões mais complexas da atualidade, qual seja, a questão do desenvolvimento sustentável (ECONOMIA-BR, 2007).

Um outro passo importante para consolidação da questão ambiental foi dado em 1987, com a publicação do Relatório Brundtland ou Nosso Futuro Comum, elaborado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento criada pela Organização das Nações Unidas (ONU). Neste relatório o conceito de Desenvolvimento Sustentável (DS) começou a tomar suas primeiras formas, com a idéia de conciliar preservação e desenvolvimento, sem que a finitude no modo de produção capitalista significasse catástrofe.

“VII Encontro da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica”. Fortaleza, 28 a 30 de novembro de 2007.

Ao inaugurar a discussão a cerca do conceito de DS, o Relatório Brundtland ganhou importância por possibilitar o diálogo entre “desenvolvimentistas” e “ambientalistas” (NOBRE, 2002, p. 40).

Muitas são as críticas feitas ao conceito de DS, pois se trataria de um conceito vago, impreciso e contraditório. No entanto, pode-se atribuir justamente essas características a força que o DS vem apresentando desde seu surgimento. Como citado por Nobre (2002, p. 10), por ser deliberadamente vago e inerentemente contraditório, o DS possibilitou o consenso entre posições de início politicamente inconciliáveis.

Limits to growth trazia consigo uma perspectiva de “crescimento zero”, a qual dava a idéia de limitação do crescimento econômico, desagradando por sua vez os governantes e empresários. Isso impossibilitava qualquer acordo internacional de caráter global que fosse consistente (NOBRE, 2002, p. 37).

Já o Relatório Brundtland ou “Nosso Futuro Comum” advogava o crescimento. Ao sistematizar o conceito de DS, o relatório possuía duas estratégias: de um lado uma estratégia de institucionalização da problemática ambiental e, de outro, uma estratégia que possibilitava a aliança com países em desenvolvimento. Sobre essa última estratégia, podemos dizer que se tratava da inter-relação entre problemas ambientais e outros internacionais, típicos de países em desenvolvimento (NOBRE, 2002, p. 40).

O conceito de DS proposto pelo Relatório Brundtland foi sistematizado da seguinte forma: o desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades. Ele contém dois conceitos-chave: 1- o conceito de “necessidades”, sobretudo as necessidades essenciais dos pobres no mundo, que devem receber a máxima prioridade; 2- a noção das limitações que o estágio da tecnologia e da organização social impõe ao meio ambiente, impedindo-o de atender às necessidades presentes e futuras. Em seu sentido mais amplo, a estratégia de desenvolvimento sustentável visa promover a harmonia entre os seres humanos e entre a humanidade e a natureza (ECONOMIA-BR, 2007).

Sendo então o DS o nome dado à primeira estratégia do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) para a tarefa de institucionalizar a problemática ambiental, a realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento de 1992, ou seja, a Rio-92, foi uma demonstração de que essa tarefa estava cumprida. Seria, portanto, durante a Conferência que se iniciaria a consolidação da segunda tarefa, qual seja, “integrar considerações ambientais no planejamento e nas tomadas de decisão econômicas em todos os níveis” (NOBRE, 2002, p. 49).

“VII Encontro da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica”. Fortaleza, 28 a 30 de novembro de 2007.

No entanto, o projeto de institucionalização do PNUMA não foi o único a ser objeto de discussão na Rio-92. Os países ricos também apresentaram um projeto, o qual tinha por modelo o *Global Environmental Facility* (GEF), criado em 1990 no âmbito do Banco Mundial. Assim, quando o PNUMA, em aliança com ONGs e países do Sul colocou em pauta o problema do endividamento dos países pobres e a transferência de recursos no eixo Norte-Sul, os “países doadores” ofereceram resistência. Para estes, a transferência de recursos para que as nações em desenvolvimento pudessem adotar práticas de DS não poderia mais ser considerada separadamente do auxílio-padrão de desenvolvimento e procuraram vincular toda transferência de recursos ao GEF, que desde 1991 era composto pelo PNUMA e pelo Programa para o Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD). Assim, o GEF passaria a desempenhar um papel de liderança como o mecanismo multilateral de financiamento de programas e projetos dirigidos pelos países e consistentes com as prioridades nacionais indicadas para apoiar o desenvolvimento sustentável (NOBRE, 2002, pp. 50-53).

Como exposto por Nobre (2002, p. 54), a posição adotada pelos “países doadores” durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento de 1992, foi vitoriosa, principalmente quando se tem por parâmetro os resultados institucionais do evento, como a incorporação das Convenções a Biodiversidade e do Clima ao GEF. Ainda assim a Rio-92 foi de grande importância para a institucionalização da questão ambiental, com resultados que indicaram a constituição de amarras institucionais precisas e determinadas, que serviram de embasamento ao debate teórico e para a disputa política em torno da questão ambiental e do conceito de DS.

De acordo com o autor, tem-se a partir deste ponto uma separação entre negociações de acordos ambientais globais impulsionados a partir da Conferência (que estabeleceu as Convenções-Quadro, abrindo-se a partir destas, periodicamente, as respectivas Conferências das Partes) e implementações de projetos de DS de âmbito nacional. Além disso, as negociações em torno de tais acordos e projetos passam a se dar majoritariamente no âmbito do GEF e o mesmo passa a ditar padrões e critérios de avaliação do que seja o “desenvolvimento sustentável”.

O principal documento extraído da Rio-92 foi a “Agenda 21”. Esta seria um programa de ação para viabilizar o novo padrão de desenvolvimento ambientalmente racional. Conciliando métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica, este documento está estruturado em quatro seções subdivididas num total de 40 capítulos temáticos. Eles tratam dos seguintes temas:

- Dimensões Econômicas e Sociais;

“VII Encontro da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica”. Fortaleza, 28 a 30 de novembro de 2007.

- Conservação e questão dos recursos para o desenvolvimento;
- Medidas requeridas para a proteção e promoção de alguns dos segmentos sociais mais relevantes;
- Revisão dos instrumentos necessários para a execução das ações propostas.

Aprovada por todos os países presentes à Rio-92 propiciou a criação da Comissão de Desenvolvimento Sustentável (CDS), vinculada ao Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (Ecosoc). A CDS tem por objetivo acompanhar e cooperar com os países na elaboração e implementação das agendas nacionais, e vários países já iniciaram a elaboração de suas agendas nacionais. Dentre os de maior expressão política e econômica, somente a China terminou o processo de elaboração e iniciou a etapa de implementação.

Uma das principais consequências da Rio-92, foi a popularização da problemática ambiental. A partir desta Conferência, aumentou a consciência e a participação da sociedade civil no debate acerca da questão ambiental, passando a mesma a exigir um respeito maior aos parâmetros sócio-ambientais de projetos financiados pelo capital público, como também pelo capital privado. Surgiram nesse contexto normas gerais de padronização, de processo, de qualidade e de gestão ambiental, forçando as empresas a se adaptarem às exigências dos mercados globalizados, adotando posturas menos agressivas ao meio ambiente e a implantação da gestão ambiental (ORTIZ, 2003).

Na busca pela implantação dos padrões ditados pelo conceito de DS, começa-se a esbarrar na questão da barreira econômica. Essa barreira refere-se à disponibilidade de recursos e custo de financiamento, exclusão de custos ambientais da tomada de decisão e das análises de custo/ benefício. No bojo deste desafio de implementação dos preceitos do DS e de suas limitações de financiamento, é inaugurado um novo conceito, qual seja, o financiamento ambiental.

Muitas já são as instituições financeiras no Brasil que se declaram adeptas da nova modalidade de negócios que leva em consideração os impactos ambientais de um empreendimento. Destas iniciativas, destacam-se a criação do “Protocolo Verde”, em 1995, e os “Princípios do Equador”, em 2003. Ambas serão analisadas a seguir, como forma de avaliar o comprometimento de instituições financeiras públicas e privadas no Brasil, com os padrões de comportamento ditados pelo conceito de DS.

2 – O PROTOCOLO VERDE

O Protocolo Verde é uma carta de princípios para o desenvolvimento sustentável firmada por bancos oficiais em 1995 na qual se propõem a empreender políticas e práticas que estejam cada vez mais em harmonia com o objetivo de promover um desenvolvimento que não comprometa as necessidades das gerações futuras. É importante ressaltar que o tema do risco ambiental no crédito foi introduzido no país pelo “Protocolo Verde” (BANCO DO BRASIL, 2007).

Além da criação de um grupo de trabalho governamental, os bancos federais (Banco do Brasil, Banco do Nordeste, Banco da Amazônia, BNDES e Caixa Econômica Federal) e o Banco Central do Brasil assinaram compromisso no qual se comprometiam a tomar iniciativas para adotar práticas ambientais menos danosas em suas operações e principalmente incorporar a análise do risco ambiental em suas decisões de crédito, especialmente aquelas originadas com recursos públicos. Este compromisso está sendo cumprido de forma e graus diferentes segundo as condições e características de cada um desses bancos. Em vários deles, procedimentos internos foram adequados e buscou-se criar uma maior consciência do impacto ambiental de suas ações, tanto por meio de unidades específicas, como proposto originalmente, ou por buscar uma transversalidade do tema ambiental em todas as operações (AMARAL, 2005).

Dentre os bancos comprometidos com o Protocolo, a Caixa Econômica Federal se destaca como sendo uma das instituições financeiras que tem mostrado ações e resultados para com questões ambientais, principalmente por aquelas afetadas pelo desenvolvimento urbano. Para isso criou programas de infra-estrutura que tratem tanto da zona urbana quanto da rural e incentivem o turismo e prática de esportes e de saneamento, trazendo soluções para o abastecimento de água, esgotamento sanitário e tratamento de resíduos sólidos (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, 2006).

No entanto, poucos foram os resultados obtidos no âmbito do compromisso estabelecido com o Protocolo Verde. Diante disso, o governo federal criou, no segundo semestre de 2004, um Grupo de Trabalho (GT) voltado para a rediscussão do mesmo e para a adoção de medidas que viabilizassem a efetiva implantação das estratégias contidas nesse documento. O GT é coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente e conta com a participação de diversos ministérios e de todos os bancos públicos federais (AMARAL, 2005).

Mas as necessidades de financiamento ambiental sustentável são pouco atendidas pelas instituições associadas ao Protocolo. Divulgado de forma insuficiente e seguido insatisfatoriamente, este segue como uma tentativa do governo de elevar o debate das

“VII Encontro da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica”. Fortaleza, 28 a 30 de novembro de 2007.

questões ambientais entre os órgãos financeiros federais. Outro ponto é que a discussão do “Protocolo Verde” deve ser ampliada com a inclusão de representantes do setor microfinanceiro e de agentes econômicos envolvidos em atividades sustentáveis, além de organizações da sociedade civil vinculadas à questão ambiental (AMARAL, 2005).

3 – OS PRINCÍPIOS DO EQUADOR

Os “Princípios do Equador” consistem em uma declaração de princípios de instituições financeiras sobre a determinação, avaliação e gerenciamento de risco ambiental e social em financiamento de projetos. É uma tentativa internacional de regulamentação do que seria o financiamento ambiental, sendo o resultado de uma iniciativa de bancos de diferentes países junto ao *International Finance Corporation* (IFC), com fortes diretrizes comuns no apoio à discussão de questões sócio-ambientais e o financiamento de projetos relacionados (INSTITUTO OBSERVATÓRIO SOCIAL, 2003).

As instituições presentes no Brasil, que se afirmam como signatárias dos Princípios do Equador são: Banco Itaú, Banco Bradesco, Banco do Brasil, Banco ABN AMRO Real, HSBC e Unibanco. No entanto, muito tem se falado e pouco tem sido realizado no sentido de cumprir efetivamente o proposto, de maneira que cabe a investigação da participação destes princípios na conduta destas instituições.

A declaração dos princípios surgiu em 2002, num encontro de altos executivos para discutir experiências com investimentos em projetos envolvendo questões sociais e ambientais em mercados emergentes. São nove condições para que um empréstimo seja diretamente concedido a um projeto (INSTITUTO OBSERVATÓRIO SOCIAL, 2003):

1. Classifica-se o risco de um projeto de acordo com as diretrizes internas que se baseiam nos critérios de seleção ambiental e social da IFC, conforme descrito em documento anexo a estes princípios.
2. Para todos os projetos das categorias A e B, o solicitante deverá ter concluído uma Avaliação Ambiental, cuja preparação seja consistente com o resultado do processo de classificação e satisfaça as questões ambientais e sociais mais importantes identificadas durante o processo de classificação.
3. No contexto da área de atuação do projeto, conforme for o caso, o relatório de Avaliação Ambiental deverá tratar das seguintes questões:

“VII Encontro da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica”. Fortaleza, 28 a 30 de novembro de 2007.

- a) avaliação das condições ambientais e sociais básicas;
 - b) exigências de acordo com as leis e regulamentações do país em questão, tratados e acordos internacionais aplicáveis;
 - c) desenvolvimento sustentável e utilização de recursos naturais renováveis;
 - d) proteção da saúde humana, de propriedades culturais e da biodiversidade, incluindo espécies ameaçadas e ecossistemas sensíveis;
 - e) utilização de substâncias perigosas;
 - f) principais riscos;
 - g) saúde e segurança no trabalho;
 - h) prevenção contra incêndio e segurança à vida;
 - i) impactos socioeconômicos;
 - j) aquisição e utilização de terras;
 - k) repovoamento involuntário;
 - l) impactos em povos e comunidades nativas;
 - m) impactos cumulativos sobre projetos existentes, sobre o projeto proposto e sobre projetos futuros previstos;
 - n) participação das partes afetadas na elaboração, revisão e implementação do projeto;
 - o) consideração de alternativas ambientais e sociais exequíveis;
 - p) produção, distribuição e utilização eficiente da energia;
 - q) prevenção à poluição e minimização de resíduos, controles de poluição (efluentes líquidos e emissões aéreas) e gerenciamento de resíduos sólidos e químicos.
4. Para todos os projetos da categoria A e, conforme for considerado apropriado, para os projetos da categoria B, o solicitante ou especialista terceirizado deverá ter preparado um Plano de Gestão Ambiental que seja baseado nas conclusões da Avaliação Ambiental. O Plano de Gestão Ambiental deverá tratar de soluções, planos de ação, monitoramento, gerenciamento de riscos e cronogramas.
5. Para todos os projetos da categoria A e, conforme for considerado apropriado, para os projetos da categoria B, é satisfatório que o solicitante ou especialista terceirizado tenha consultado, de forma estruturada e culturalmente adequada, os grupos afetados pelo projeto, incluindo povos nativos e ONGs locais.
6. O solicitante terá assumido o compromisso de:
- a) cumprir o Plano de Gestão Ambiental na construção e operação do projeto;

- b) fornecer relatórios regularmente preparados por pessoal interno ou especialistas terceirizados, de acordo com o Plano de Gestão Ambiental;
 - c) quando aplicável, desativar as instalações de acordo com um Plano de Desativação combinado.
7. Conforme necessário, os financiadores deverão apontar um especialista ambiental independente para fornecer serviços adicionais de monitoramento e elaboração de relatórios.
 8. Nas circunstâncias em que o solicitante não cumprir com os seus compromissos ambientais e sociais, de forma que haja quaisquer dívidas financeiras pendentes, compromettesse o solicitante a empreender esforços para buscar soluções, a fim de que ele cumpra seu compromisso.
 9. Estes princípios aplicam-se a projetos com um custo total de 50 milhões de dólares ou mais.

Os projetos propostos podem ser classificados em três categorias diferentes, dependendo do tipo, localização, sensibilidade e escala do projeto e da natureza e magnitude de seus possíveis impactos ambientais e sociais. Um projeto proposto é classificado como sendo da categoria A quando é provável que tenha impactos ambientais colaterais significativos e que sejam sensíveis, diversificados ou sem precedentes. Um possível impacto é considerado “sensível” quando pode ser irreversível. Para um projeto ser como de categoria B, seus possíveis impactos ambientais colaterais sobre populações humanas ou áreas ambientalmente importantes – incluindo pântanos, florestas, campos e outros habitats naturais – são menos prejudiciais do que os dos projetos da categoria A. Já um projeto de categoria C é aquele no qual é provável que tenha impactos negativos mínimos ou mesmo nenhum impacto. Além da seleção, nenhuma ação de Avaliação Ambiental é necessária para um projeto da categoria C.

Em julho de 2006 foi lançada a segunda versão para os Princípios do Equador. As mais relevantes alterações dos Princípios do Equador são as seguintes (ECO-FINANÇAS, 2006):

- Os Princípios devem ser aplicados para todo financiamento de projeto com custo de capital superior a US\$ 10 milhões. Na versão anterior esse valor era de US\$ 50 milhões.
- Os Princípios agora também se aplicam à atividade de assessoramento em *project finance* que os bancos prestam a seus clientes.

- Os Princípios agora passam a ser aplicados em expansões de projetos já existentes, onde há adicional e significativo impacto socioambiental.
- Toda instituição financeira signatária agora deve divulgar publicamente um relatório anual sobre a implementação dos Princípios do Equador.

Do total de 40 instituições financeiras signatárias dos Princípios do Equador (versão anterior), 33 delas ratificaram a nova versão desses Princípios. São os seguintes os bancos nacionais que ratificaram os novos Princípios do Equador: Banco do Brasil, Banco Itaú, Unibanco e Banco Bradesco. Outras instituições financeiras internacionais com atuação no Brasil, como por exemplo, os bancos ABN-AMRO Real, HSBC, Rabobank e Citibank também ratificaram os novos Princípios em julho de 2006 (ECO-FINANÇAS, 2006).

Ao se vincularem aos princípios, estas instituições assumem um compromisso de avaliar os riscos socioambientais associados aos projetos que vierem a financiar. Assim, estão atendendo a uma pressão crescente de clientes, acionistas e sociedade civil como um todo para se adequarem a práticas racionais de se relacionar com o meio ambiente, melhorando a imagem da instituição. Diante disso, deve-se perguntar se há mesmo alguma inovação nas atividades do banco com relação a possíveis impactos ambientais causados por novos empreendimentos, ou se a instituição está apenas levantando uma “bandeira” por motivos promocionais.

Para avaliarmos este aspecto, será feita uma breve análise a cerca das políticas de sustentabilidade ambiental empreendidas pelo Banco do Brasil, Unibanco, Itaú e Bradesco e pelos bancos multinacionais ABN AMRO Real e HSBC, tendo como referência os *sites* dessas instituições.

3.1 – BANCOS SIGNATÁRIOS DOS PRINCÍPIOS DO EQUADOR NO BRASIL

a) Banco do Brasil

A participação do Banco do Brasil em programas que, direta ou indiretamente, sejam aderentes à sustentabilidade do meio ambiente se dá fundamentalmente na viabilização da alocação de recursos, em vista da capilaridade de sua rede de agências e da identidade com o público do agronegócio.

Um programa que promove em consonância com o princípio de sustentabilidade ambiental é o BB Florestal. Tendo como objetivo a realização de investimento, custeio e

“VII Encontro da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica”. Fortaleza, 28 a 30 de novembro de 2007.

comercialização florestal, visa incrementar a produção de madeira na ordem de 150.000 hectares de florestas plantadas, em cinco anos (2004/2009) por meio de financiamentos aos produtores rurais, cooperativas e agroindústrias, reduzindo o impacto junto às florestas nativas. Além de florestas de cunho comercial, o Banco do Brasil financia a recomposição e manutenção de áreas de preservação e de reservas legais, contribuindo para a legalização de áreas que necessitem adequar-se a legislação ambiental.

Mas é na gestão ambiental interna ao funcionamento do próprio banco que as ações são mais perceptíveis, com a coleta seletiva de lixo existente em várias dependências, o gerenciamento de consumo de água e energia e a adoção de critérios ambientais na seleção e gerenciamento de fornecedores, além de iniciativas para reciclagem de papel. Em 2004, a reutilização e modernização de sistemas de iluminação, ar-condicionado e elevadores, desenvolvido desde 1990, foi reconhecido com o Prêmio Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia, também conhecido como Programa de Combate ao Desperdício de Energia, na categoria Órgãos e Empresas de Administração Pública – Procel (BANCO DO BRASIL, 2007).

Percebe-se então que a maior intensidade de ação do banco em termos ambientais, e que mais é tornada pública, se dá na qualidade de sua gestão ambiental, enquanto uma empresa como qualquer outra, e não em termos de sua ação como agente oficial de financiamento, que incorporasse estratégias de financiamento ao desenvolvimento sustentável.

b) Unibanco

O Unibanco se destaca por ter sido o primeiro banco brasileiro a adotar os “Princípios do Equador”. Além disso, diferentemente dos demais signatários que adotaram os princípios após sofrerem pressões de organizações não-governamentais no mundo todo, o Unibanco aderiu aos princípios para reforçar suas atividades na área de análise de risco ambiental e social existentes desde 2002, nas quais aplica critérios para a liberação de financiamentos que utilizam a linha de crédito da IFC. A BS3 (empresa de produção de petróleo), a ALL (empresa de modernização da malha ferroviária) e a Latasa (empresa de produção de latas de alumínio) são exemplos de projetos que já estão em andamento e seguem os Princípios do Equador.

Segundo o presidente do Conselho do Instituto Unibanco, Tomas Zinner: "O Unibanco tem a preocupação de conceder crédito para projetos que realmente contribuam para o

desenvolvimento do país e, ao mesmo tempo, ajudem a preservar o meio ambiente e a sociedade. Hoje, são poucas as instituições que têm esta visão, mas acreditamos que em breve a responsabilidade socioambiental se tornará fator fundamental para a aprovação de qualquer projeto" (UNIBANCO, 2004).

c) Banco Itaú

Em sintonia com a adoção dos “Princípios do Equador” e atento à sua responsabilidade de estímulo ao desenvolvimento sustentável, o Itaú implementou diversas práticas que orientam sua atuação no segmento de médias empresas. Na aprovação de crédito para médias empresas, o processo baseia-se em decisões coletivas, que garantem mais qualidade na concessão do crédito e mais controle sobre os riscos envolvidos.

Em 2006, o Itaú aderiu à versão revisada dos “Princípios do Equador”, que traz como mudanças em relação ao documento original a redução de US\$ 50 milhões para US\$ 10 milhões do valor dos projetos que deverão atender às recomendações socioambientais e o fato de que os requisitos passarão a ser aplicados também a projetos de consultoria. Como uma prática além do que é estabelecido pelos princípios, o Banco vem aplicando a análise socioambiental a todos os projetos acima de R\$ 5 milhões.

Além de ser um dos bancos signatários dos “Princípios do Equador”, o Itaú também é integrante do UNEP Finance Initiative, uma rede coordenada pelas Nações Unidas e formada por mais de 170 bancos no mundo, que tem o objetivo de fomentar iniciativas para o meio ambiente, sustentabilidade e desempenho entre os bancos, seguradoras e gestores de fundos. O Banco também faz parte do LASFF, o Fórum Latino-Americano sobre Finanças Sustentáveis, coordenado pelo Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas (BANCO ITAÚ, 2007).

d) Banco Bradesco

Desde 2004 o Bradesco pratica os "Princípios do Equador". Diversos profissionais do Bradesco passaram por treinamento específico, aumentando assim seu grau de especialização nesta área. Atento às melhores práticas, o Banco adotou inicialmente o limite de US\$ 45 milhões para todas as propostas de financiamento de projeto. Mais tarde, em julho de 2006, a partir da revisão dos Princípios do Equador (Princípios do Equador II), esse limite acabou reduzido para US\$ 10 milhões. A avaliação de cada projeto cabe a um Grupo Especial de Trabalho formado por quase uma dezena de áreas do Bradesco, entre elas a Área de Responsabilidade Socioambiental (BRADESCO, 2007).

Esta instituição faz parte da lista do *Dow Jones Sustainability World Indexes* (DJSI), um dos mais importantes índices de referência para companhias que apresentam comprometimento socioambiental. O DJSI foi lançado pela Bolsa de Valores de Nova York em 1999 e acompanha o desempenho das empresas líderes em termos de sustentabilidade. É composto por 318 empresas, que abrangem 58 setores e 24 países. No Brasil, o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) foi inspirado nessa iniciativa e reúne 28 empresas, entre elas o Bradesco, levando em conta parâmetros socioambientais (BRADESCO, 2007).

No início do ano de 2007, o Bradesco lançou um programa que visa a neutralização das emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) dos veículos adquiridos por meio de financiamentos concedidos pelo banco, batizado de Programa EcoFinanciamento de Veículos Bradesco. Em parceria com a instituição SOS Mata Atlântica no programa Florestas do Futuro, o banco repassa recursos para a SOS que são usados no plantio de mudas de árvores nativas em áreas de mata ciliar (BRADESCO, 2007).

e) Banco ABN AMRO Real

Desde 2002, o Banco ABN AMRO Real adota uma Política de Riscos Socioambientais para clientes empresariais. Entre os principais itens monitorados pelo Banco estão as licenças ambientais, disposição de resíduos sólidos, controle da poluição do ar e tratamento de efluentes líquidos. Observam também aspectos como número de acidentes, higiene, segurança e medicina do trabalho, indícios de trabalho infantil ou escravo e terceirização de processos poluentes e perigosos. É dada especial atenção aos seguintes ramos de atividade: agricultura, pecuária, pesca, mineração, metalurgia, madeireira, couro, têxtil e fabricantes de produtos químicos. No caso da indústria de armamentos, esta se encontra na lista de exclusão.

Com relação ao crédito, o Banco Real lançou em novembro de 2006, com o apoio da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), uma linha de crédito diferenciada, a CDC Produção Mais Limpa (CDC P+L). A linha envolve a aplicação continuada de uma estratégia ambiental preventiva integrada a processos, produtos e serviços, com o objetivo de incrementar a eficiência geral das empresas.

O CDC P+L oferece financiamento para compra de equipamentos entre R\$ 5 mil e R\$ 450 mil, podendo ser até 100% do valor do bem ou do valor financiado. No último caso, os recursos são distribuídos em 70% do valor do bem e 30% para serviços. A taxa é de 2,25% ao mês e a carência de três meses. As propostas são avaliadas pelo Centro de Tecnologia

“VII Encontro da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica”. Fortaleza, 28 a 30 de novembro de 2007.

Ambiental da Firjan e, depois de serem aprovadas, são ainda submetidas aos critérios de elegibilidade e à análise de crédito do banco, o qual defende que esta linha de crédito deve prevenir a geração de resíduos e reduzir o consumo de matéria-prima e energia. Os resultados são a garantia de um ganho ambiental, aumento da produtividade e geração de benefícios econômicos.

No entanto, as mudanças mais patentes da instituição estão relacionadas à gestão interna, para a qual foi implantado um programa de ecoeficiência baseado nos 3Rs de Reduzir, Reutilizar e Reciclar. Assim, foi reduzido o consumo de recursos como água e energia, implementada a coleta seletiva em boa parte das agências e trocado quase todo o papel utilizado por papel reciclado (BANCO REAL, 2007).

Uma outra medida adotada pelo Banco Real foi a contratação dos serviços de uma consultoria ambiental, a ERM (Environmental Resources Management), para auxiliar no desenvolvimento de seu programa de gestão de emissões de gases de efeito estufa no Brasil. Desde agosto de 2006, a ERM vem desenvolvendo, em conjunto com profissionais dessa instituição financeira, o inventário das emissões do banco com base em protocolos internacionais. Esta ação busca um maior conhecimento sobre seu impacto no aquecimento global (BANCO REAL, 2006).

f) HSBC

O grupo HSBC apóia mundialmente organizações ambientalistas de referência através do seu programa Investindo na Natureza. No Brasil, foi criado em 2006 um projeto piloto baseado no Programa Mundial do grupo: o Investindo na Natureza Brasil, em parceria com ONGs nacionais, com o objetivo de incentivar a participação dos colaboradores do HSBC em atividades voltadas ao meio ambiente.

A primeira ação do programa foi a seleção de projetos com foco em energias renováveis com baixo custo para a comunidade. Podemos citar três projetos de ONGs que conseguiram apoio da instituição financeira: 1) Associação Plantando Paz na Terra – Campinas SP – cujo objetivo é disseminar a conscientização ecológica na comunidade carente da Vila Brandina, em Campinas (SP), através da capacitação técnica de manufatura e instalação de aquecedores solares de baixo-custo, possibilitando alternativas com o uso de energia limpa para a geração de renda; 2) Instituto dos Guardiões da Natureza – ING – Prudentópolis PR – com a meta de instalar unidades piloto de biodigestores como instrumento de saneamento básico, fonte alternativa de energia e de renda através de adubos orgânicos, às famílias do Faxinal de Taboãozinho – PR; 3) Organização Para a Proteção Ambiental - OPA!

“VII Encontro da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica”. Fortaleza, 28 a 30 de novembro de 2007.

– Uberlândia MG – para execução e instalação do aquecedor solar popular em 50 casas de famílias em situação de vulnerabilidade (HSBC, 2007).

O banco HSBC também desenvolve um programa de gestão ambiental corporativa. Assim, em linha com as diretrizes mundiais do Grupo HSBC, a partir de 2005, as unidades brasileiras passaram a monitorar seus indicadores ambientais estabelecendo metas de redução de consumo para os próximos anos, além de adotar programas internos de educação ambiental e iniciativas corporativas como (HSBC, 2007):

- Conscientizar para a redução do consumo de água, de energia e de viagens rodoviárias e aéreas, indicando, neste caso, o uso maior de tele e videoconferências;
- Substituir a frota de veículos a gasolina por veículos bicompostíveis, pois o álcool é menos poluente que o petróleo;
- Introduzir o papel reciclado no material utilizado pelo banco;
- Reciclar o papel e o lixo confidencial;
- Sensibilizar e conscientizar todos os colaboradores, através de campanhas institucionais;
- Usar a impressão centralizada, reduzindo o uso de papel, toner e tinta;
- Classificar e selecionar fornecedores socialmente responsáveis;
- Praticar a coleta seletiva nos centros administrativos e agências.

Os Princípios do Equador aparentemente não são considerados um “fardo” pelos bancos. Ao contrário, o discurso dominante é que, além de contribuir para melhorar a imagem institucional, a adesão aos princípios é favorável às finanças - ao minimizar riscos de obras serem paralisadas por problemas socioambientais após grandes investimentos.

Quem iniciou a discussão a respeito do crédito responsável foram as ONGs. As mesmas perceberam que mais do que cobrar das empresas de grande porte, deveriam também analisar as ações das instituições responsáveis pelo financiamento dos projetos dessas empresas. As instituições financeiras passaram a ter que prestar contas anualmente à sociedade. Muitas tem tentado, embora num nível de transparência aquém do reivindicado pelas ONGs.

No bojo dos Princípios do Equador, o processo de consulta pública para projetos de alto risco ficou mais rigoroso e passaram a ser consideradas dentro dos Princípios as atividades de consultoria financeira de projetos, e não só aquelas diretamente relacionadas ao empréstimo (WILNER, 2006).

Segundo Wilner (2006), até outubro de 2006 o Unibanco havia analisado 20 projetos dentro dos Princípios, no valor conjunto de R\$ 6 bilhões. No Banco ABN Amro Real, 12 projetos no Brasil foram enquadrados nos Princípios do Equador e outros três em demais países na América Latina. Dois foram negados, um por razões puramente ambientais e outro devido à resistência da comunidade: tratava-se de uma hidrelétrica que iria inundar parte da região. O valor dos projetos aprovados somou US\$ 2,85 bilhões. No Bradesco, foram aprovados seis projetos, no valor de R\$ 1,5 bilhão.

Parece muito dinheiro, mas, na realidade, os projetos analisados dentro dos Princípios do Equador representam uma ínfima parte do que os bancos financiam. Os bancos iniciaram por uma área em que os estragos potenciais são enormes e os custos de controle mais baixos. Para as ONGs, o que os bancos têm feito, seja em relação aos Princípios do Equador seja em relação às demais ações, ainda é pouco se comparado às melhores práticas mundiais. O mais eficaz seria a avaliação feita não em função do projeto, mas sim em função da atividade que estão financiando (Wilner, 2006).

Em setembro de 2006 a BankTrack, rede de 16 ONGs, elaborou um ranking de políticas ambientais e sociais de 39 bancos do mundo inteiro. Eles foram escolhidos devido a sua alta visibilidade e alcance global, sua presença importante nos mercados de financiamento de projetos globais e seu endosso aos Princípios do Equador.

Para elaboração do Relatório foi feita uma análise de todas as políticas ambientais e sociais e dos relatórios anuais de sustentabilidade tornados publicamente disponíveis pelos bancos. Baseado nessas informações foi realizada uma avaliação de políticas em 13 importantes áreas de especial interesse social e ambiental:

- Direitos humanos;
- Direitos do trabalho;
- Populações indígenas;
- Clima e energia;
- Hidrelétricas;
- Biodiversidade;
- Florestas;
- Indústria pesqueira;
- Indústria extrativa;
- Agricultura sustentável;

- Químico e petroquímico;
- Transparência de informações;
- Sistema de gestão socioambiental.

Sistema de pontuação para avaliar o sistema bancário variou entre 0 a 4 significando:

0 - Nenhuma política sobre o assunto disponível publicamente.

1 - Política descrita vagamente ou “de intenções”, sem compromissos claros.

2 - Alguns compromissos claros, mas nenhuma parte da política cumpre com os padrões internacionais.

3 - Algumas partes da política cumprem com os padrões internacionais, mas outras partes ou não estão presentes, ou são vagas ou abaixo dos padrões internacionais de relevância.

4 - Todas, ou quase todas as políticas cumprem ou estão alinhadas com os padrões internacionais de relevância.

As notas médias podem ser traduzidas em uma grade de letras de acordo com a seguinte escala ilustrada:

- 0,00 a 0,50 E
- 0,51 a 0,75 D-
- 0,76 a 1,25 D
- 1,26 a 1,50 D+
- 1,51 a 1,75 C-
- 1,76 a 2,25 C
- 2,26 a 2,50 C+
- 2,51 a 2,75 B-
- 2,76 a 3,25 B
- 3,26 a 3,50 B+
- 3,51 a 3,75 A-
- 3,76 a 4,00 A

Como pode ser visto na tabela (2) a seguir, a qual trata das notas dos bancos aqui anteriormente analisados, nenhuma instituição chegou perto de conseguir as notas máximas. O ABN e o HSBC, com as melhores pontuações, conseguiram 1,31. O Banco do Brasil alcançou 0,54 pontos. Já o Bradesco e o Unibanco e o Itaú, figuram com 0,46 pontos,

indicando que suas atividades para cumprir com as regras dos Princípios do Equador têm sido vagas e sem compromissos claros.

Tabela 1: Notas alcançadas pelos bancos nacionais e multinacionais presentes no Brasil

Bancos	Direitos humanos	Direitos do trabalhador	Populações	Clima e energia	Hidrelétricas	Biodiversidade	Florestas	Pesca	Agricultura	Indústria	Químico e	Transparência de	Sistema de	Nota média e letra
Banco do Brasil	0	1	1	0	2	0	0	0	0	0	0	2	1	0,54 (D-)
Unibanco	0	0	1	0	2	0	0	0	0	0	0	2	1	0,46 (E)
Banco Bradesco	0	0	1	0	2	0	0	0	0	0	0	2	1	0,46 (E)
ABN AMRO	3	1	1	1	2	1	3	0	0	2	0	2	1	1,31 (D+)
HSBC	0	1	1	1	4	2	3	0	0	0	2	2	1	1,31 (D+)
Itaú	0	0	1	0	2	0	0	0	0	0	0	2	1	0,46 (E)

Fonte: BankTrack (2006).

O ABN Amro e o HSBC estão à frente na experiência do crédito responsável. O ABN, um dos criadores dos Princípios do Equador, faz análise de risco socioambiental desde 2002. Hoje o departamento responsável pela avaliação destina de 10% a 20% dos esforços a casos que se encaixam dentro dos Princípios, segundo o superintendente da área de risco socioambiental Christopher Wells. A maior parte do tempo é destinada à análise de risco socioambiental de finanças corporativas e empresas pequenas. O banco envia questionário com perguntas relativas ao meio-ambiente e à responsabilidade social para 3700 empresas (WILNER, 2006).

Alguns bancos, no entanto, não acreditam que dê para ir muito além do previsto nos Princípios do Equador, como o Unibanco, que questiona a necessidade de um contingente enorme de pessoas para avaliação de muitos projetos, o que inviabiliza o negócio. Outros, como o Santander Banespa, BNDES e Caixa Econômica Federal, têm as suas próprias

políticas de avaliação de risco socioambiental, mas ainda não aderiram aos Princípios do Equador.

De acordo com o relatório da BanckTrack (2006), onde os bancos adotaram políticas específicas, elas foram frequentemente políticas “de intenções” e continham poucas ações reais. Alguns bancos estão também tentando dar passos em direção à aplicação das políticas para todas ou maioria de suas operações. No entanto, é importante reconhecer que a aplicação de políticas sociais e ambientais precisam ser feitas sob medida para diferentes produtos e serviços financeiros. Além disso, estas políticas devem se aplicar a toda a indústria financeira para todas as suas atividades relevantes.

Deve-se notar que a revisão das estruturas políticas socioambientais e de salvaguardas da IFC é necessária, bem como mudanças nas políticas que regem os Princípios do Equador. Antes de adotar as novas políticas propostas pela IFC, os bancos que aderiram aos Princípios do Equador deveriam avaliá-las cuidadosamente e analisar os pontos fracos e lacunas na nova abordagem da IFC de maneira pró-ativa, adotando os melhores padrões e práticas internacionais. Infelizmente, a pesquisa indica que somente uma pequena minoria dos bancos signatários está tomando medidas para complementar as políticas socioambientais da IFC e que regem os Princípios do Equador, ao adotar padrões adicionais, porém não há adoção de padrões que cumpram com as normas e melhores práticas internacionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A popularização da questão ambiental tornou a participação da sociedade cada vez maior dentro dessa discussão. Assim, passou-se a exigir um estabelecimento de padrões de desenvolvimento econômico que não fosse contrário a idéia de desenvolvimento sustentável. Instituições públicas e privadas começaram a ser pressionadas, principalmente por organizações da sociedade civil, a criar normas gerais de padronização, de processo, de qualidade, de gestão ambiental e de condições de financiamento de projetos.

O Protocolo Verde foi a primeira iniciativa das instituições federais brasileiras de tentar estabelecer práticas de financiamento ambiental. Os bancos federais (Banco do Brasil, Banco do Nordeste, Banco da Amazônia, BNDES e Caixa Econômica Federal) e o Banco Central do Brasil, os quais assinaram o compromisso de incorporar a análise do risco ambiental em suas decisões, quase nada fizeram para torná-lo realidade. Pouco

divulgado, mas muito criticado, consistiu em uma tentativa do governo de elevar o debate das questões ambientais entre os órgãos financeiros federais que não deu certo, perdendo lugar para outra iniciativa de instituições financeiras em firmar um compromisso com o financiamento ambiental, qual seja, os Princípios do Equador.

Consistindo em uma declaração de princípios de instituições financeiras sobre a determinação, avaliação e gerenciamento de risco ambiental e social em financiamento de projetos, os Princípios do Equador são uma tentativa internacional de regulamentação do que seria o financiamento ambiental, sendo o resultado de uma iniciativa de bancos de diferentes países junto ao *International Finance Corporation* (IFC). Tem se mostrado uma iniciativa válida, principalmente no que diz respeito à divulgação do financiamento ambiental e na conscientização de instituições financeiras de todo o mundo.

No entanto, essa idéia se mostra embrionária quando se analisa o comportamento de seus signatários, como no estudo realizado pela Banktrack em 2006. O que esse estudo nos leva a concluir é que há muito mais ações de marketing por parte dos signatários, divulgando serem seguidores dos Princípios, do que ações efetivas que ratifiquem essa vinculação entre as instituições financeiras e os Princípios do Equador. Porém, não se pode deixar de reconhecer que a mudança que muitos bancos fizeram em relação à maneira como tratam os impactos ambientais e de sustentabilidade de suas atividades nos últimos anos é um primeiro passo importante no caminho do financiamento sustentável. O fim deste caminho, entretanto, será medido não pelas boas intenções ou mesmo até por políticas poderosas no papel. O sistema financeiro sustentável deve procurar por desempenhos melhorados e resultados reais, nas comunidades e ambientes afetados. Isso pode somente ser alcançado através da adoção de estruturas políticas sólidas, implementadas de modo transparente e eficiente, em todas as modalidades de financiamento e áreas dos bancos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, C. *Microfinanças e Produção Sustentável nos Ambientes Costeiro e Marinho no Brasil: Possibilidades e Desafio*. 2005. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/pnmpo/biblioteca>>. Acessado em: 3 de março de 2007.

BANCO BRADESCO. *Índices de Sustentabilidade*. Disponível em: <<http://www.bradesco.com.br>>. Acessado em: 7 de setembro de 2007.

BANCO DO BRASIL. *Carta de Princípios de Responsabilidade Socioambiental*. Disponível em: <www.bb.com.br>. Acessado em: 7 de setembro de 2007.

BANCO ITAÚ. *Análise de Risco e Crédito Socioambiental*. Disponível em: <<http://www.itaubr.com.br/socioambiental/>>. Acessado em: 29 de setembro de 2007.

BANCO REAL ABN AMRO. *Sustentabilidade: O que fazemos*. Disponível em: <<http://www.bancoreal.com.br/sustentabilidade>>. Acessado em: 5 de julho de 2007.

BANKTRACK. *Delineando o Futuro de um Sistema Financeiro Sustentável, Saindo de Promessas em Direção ao Real Desempenho*. Setembro de 2006. Disponível em: <<http://ef.amazonia.org.br>>. Acessado em: 3 de março de 2007.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. *Desenvolvimento Urbano*. Disponível em: <<https://webp.caixa.gov.br/urbanizacao/index.asp>>. Acessado em: 15 de julho de 2007.

ECO-FINANÇAS. *Bancos anunciam nova versão dos Princípios do Equador*. Disponível em: <<http://ef.amazonia.org.br>>. Acessado em: 26 de julho de 2006.

ECONOMIA-BR. *Conceito de Desenvolvimento Sustentável*. Disponível em: <<http://ef.amazonia.org.br>>. Acessado em: 19 de janeiro de 2007.

HSBC. *Sustentabilidade: Diretrizes Ambientais*. Disponível em: <<http://www.hsbc.com.br/sobre-hsbc/responsabilidade-social/sustentabilidade>>. Acessado em: 25 de julho de 2007.

INSTITUTO OBSERVATÓRIO SOCIAL. *Os “Princípios Do Equador” – Uma Abordagem Do Setor Para Instituições Financeiras Sobre Determinação, Avaliação E Gerenciamento De Risco Ambiental E Social Em Financiamento De Projetos*. Disponível em: <<http://www.equator-principles.com/principles.shtml>>. Acessado em: 20 de julho de 2006.

LUSTOSA, M. C. Industrialização, Meio Ambiente, Inovação e Competitividade. *In*: LUSTOSA, M. C.; MAY, P. H.; VINHA, V. *Economia do Meio Ambiente. Teoria e Prática*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

MAGNOLI, D. *O Protocolo de Kyoto e a terceira etapa da “ecodiplomacia”*. Disponível em: <<http://www.clubemundo.com.br/revistapangea>>. Acessado em: 25 de julho de 2007.

NOBRE, M. Desenvolvimento Sustentável: Origens e Significado Atual. *In*: NOBRE, M. e AMAZONAS, M. C. *Desenvolvimento Sustentável: A Institucionalização de um Conceito*. Brasília e São Paulo: Edições IBAMA/CEBRAP, 2002.

ORTIZ, R. A. Valoração Econômica Ambiental. *In*: LUSTOSA, M. C.; MAY, P. H.; VINHA, V. *Economia do Meio Ambiente. Teoria e Prática*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

UNIBANCO. *Relatório Anual de Sustentabilidade 2004*. Disponível em: <<http://www.rao.unibanco.com.br/004>> . Acessado em: 1 de agosto de 2007.

VOGT, C. *Os Ciclos da Vida*. 2002. Disponível em: <<http://www.comciencia.com.br>>. Acessado em: 20 agosto de 2007.

WILNER, A. Projetos Analisados sob os Princípios do Equador são Minoria. *Valor Econômico*, São Paulo, São Paulo. 05 de setembro de 2006. Disponível em: <<http://www.valor.com.br>>. Acessado em: 19 agosto de 2007.